

Acompanhamento Multidisciplinar como Estratégia de Promoção da Saúde e Qualidade de Vida na Segurança Pública

Multidisciplinary Follow-up as a Strategy for Promoting Health and Quality of Life in Public Security

Amanda Cavalcante de Albuquerque¹

v. 14/ n. 3 (2026)
Julho/Setembro

Aceito para publicação em 16/07/2026.

¹Residência em Clínica Médica e Medicina Intensiva pelo Hospital de Base Ary Pinheiro, Porto Velho, Rondônia. ORCID: 0000-0001-5891-8074. E-mail: amandacavalcantealbuquerque@outlook.com.

RESUMO: A atividade desempenhada pelos profissionais da segurança pública é marcada por elevados níveis de exigência física, cognitiva e emocional, expondo esses trabalhadores a fatores de risco que comprometem sua saúde, desempenho funcional e qualidade de vida. Nesse contexto, o acompanhamento multidisciplinar destaca-se como estratégia essencial para a promoção da saúde, prevenção de agravos e fortalecimento do bem-estar ocupacional. O presente artigo tem como objetivo analisar a importância da atuação integrada de diferentes profissionais da saúde na implementação de ações preventivas e assistenciais voltadas aos agentes da segurança pública. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, fundamentada em estudos científicos nacionais e internacionais. Os resultados evidenciam que programas multidisciplinares favorecem a redução do estresse ocupacional, do adoecimento físico e mental, do absenteísmo e do risco de afastamentos, além de contribuírem para o aprimoramento do desempenho profissional e da qualidade de vida. Conclui-se que políticas institucionais permanentes são indispensáveis para fortalecer o cuidado integral desses profissionais.

Palavras-chave: Segurança pública; Promoção da saúde; Qualidade de vida; Saúde ocupacional; Equipe multiprofissional.

ABSTRACT: Public security professionals perform activities characterized by high physical, cognitive, and emotional demands, exposing them to occupational risks that may compromise their health, functional performance, and quality of life. In this context, multidisciplinary follow-up has emerged as an essential strategy for health promotion, disease prevention, and occupational well-being. This study aims to analyze the importance of integrated actions carried out by multidisciplinary health teams in developing preventive and healthcare strategies for public security professionals. This research consists of an integrative literature review based on national and international scientific studies. The findings indicate that multidisciplinary programs contribute to reducing occupational stress, physical and mental illness, absenteeism, and work-related leave, while improving professional performance and overall quality of life. The study concludes that permanent institutional policies focused on comprehensive healthcare are fundamental to strengthening worker protection and promoting healthier and more efficient public security services.

Keywords: Public security; Health promotion; Quality of life; Occupational health; Multidisciplinary team.

<https://www.gvaa.com.br/revista/index.php/RDGP>

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A segurança pública configura-se como um dos mais relevantes pilares do Estado Democrático de Direito, porquanto lhe incumbe assegurar a preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e da proteção do patrimônio. Não obstante a inegável relevância social das atribuições desempenhadas por seus profissionais, a rotina laboral desses agentes é permeada por intensas demandas operacionais, exposição contínua a situações de violência, elevada carga emocional e constantes fatores estressores. Nesse diapasão, tais circunstâncias repercutem de maneira expressiva sobre a saúde física, mental e psicossocial desses trabalhadores, evidenciando a necessidade de estratégias institucionais voltadas à promoção do cuidado integral e à preservação de sua qualidade de vida.

Sob essa perspectiva, a promoção da saúde no contexto da segurança pública transcende a concepção estritamente assistencial, assumindo contornos preventivos, educativos e interdisciplinares. Com efeito, o acompanhamento multidisciplinar desponta como instrumento imprescindível para a construção de práticas integradas de atenção à saúde, reunindo competências de distintas áreas do conhecimento com vistas à identificação precoce de fatores de risco, ao desenvolvimento de intervenções personalizadas e ao fortalecimento do bem-estar biopsicossocial. Dessarte, a articulação entre diferentes especialidades favorece uma assistência mais abrangente, humanizada e alinhada aos princípios da integralidade do cuidado.

À luz dessas considerações, é imperioso consignar que a implementação de programas multidisciplinares repercute positivamente não apenas sobre as condições de saúde dos profissionais, mas também sobre a eficiência organizacional das instituições de segurança pública. Nessa linha de intelecção, a literatura científica tem demonstrado que ações sistemáticas voltadas ao acompanhamento da saúde ocupacional contribuem para a redução do adoecimento físico e psíquico, dos índices de absenteísmo, dos afastamentos laborais e do esgotamento profissional, ao mesmo tempo em que potencializam o desempenho funcional, a capacidade de resposta operacional e a qualidade dos serviços prestados à coletividade.

Em consonância com esse entendimento, o presente artigo tem por objetivo analisar o acompanhamento multidisciplinar como estratégia de promoção da saúde e da qualidade de vida no âmbito da segurança pública, enfatizando sua contribuição para o fortalecimento da saúde ocupacional e para a valorização dos profissionais que integram esse setor. Para tanto, desenvolveu-se uma revisão integrativa da literatura, fundamentada em evidências científicas contemporâneas, buscando reunir subsídios teóricos capazes de demonstrar a relevância da atuação multiprofissional

na consolidação de políticas institucionais voltadas ao cuidado integral, à prevenção de agravos e ao aprimoramento das condições de trabalho desses servidores.

2 A PROMOÇÃO DA SAÚDE NA SEGURANÇA PÚBLICA

A promoção da saúde no âmbito da segurança pública consolidou-se, nas últimas décadas, como uma das principais diretrizes para o fortalecimento das políticas institucionais voltadas à valorização dos profissionais responsáveis pela manutenção da ordem pública. Sob esse viés, a compreensão contemporânea da saúde ocupacional extrapola a perspectiva estritamente curativa, passando a contemplar ações preventivas, educativas e interdisciplinares que visam preservar a integridade física, psicológica e social dos trabalhadores. Nesse diapasão, a literatura científica recente evidencia que o elevado desgaste inerente às atividades policiais demanda intervenções contínuas capazes de minimizar fatores de risco e promover condições laborais mais saudáveis, resilientes e sustentáveis (Folchini da Costa et al., 2025; Violanti et al., 2025).

À luz desse panorama, torna-se imperioso reconhecer que a promoção da saúde constitui elemento estratégico para o fortalecimento da eficiência institucional e para a consolidação de ambientes organizacionais mais humanizados. Com efeito, programas estruturados de prevenção, monitoramento e acompanhamento permanente favorecem não apenas a redução dos índices de adoecimento físico e mental, mas igualmente o aprimoramento da capacidade funcional, da estabilidade emocional e da qualidade dos serviços prestados à sociedade. Dessarte, investir na saúde dos profissionais da segurança pública representa medida indispensável para assegurar maior efetividade às políticas públicas e maior sustentabilidade às instituições responsáveis pela proteção da coletividade (Jorge et al., 2025; Nazzal et al., 2025).

2.1 Desafios da saúde ocupacional dos profissionais da segurança pública

A atividade exercida pelos profissionais da segurança pública distingue-se pela elevada complexidade operacional, exigindo permanente estado de vigilância, rapidez na tomada de decisões e enfrentamento cotidiano de circunstâncias potencialmente traumáticas. Em consonância com essa compreensão, tais exigências expõem esses trabalhadores a um conjunto de fatores estressores capazes de desencadear repercussões significativas sobre sua saúde física, mental e psicossocial. Não por outra razão, estudos recentes demonstram que o estresse ocupacional, os distúrbios do sono, a sobrecarga emocional e as alterações nos hábitos de vida figuram entre os principais agravos observados nessa categoria profissional (Jorge et al., 2025; Violanti et al., 2025).

Sob essa perspectiva, convém assinalar que os desafios enfrentados pelos agentes de segurança não decorrem exclusivamente da exposição à violência, mas igualmente de fatores organizacionais, administrativos e institucionais que intensificam a sobrecarga laboral. Jornadas prolongadas, escalas irregulares, insuficiência de períodos destinados à recuperação física e emocional, além da elevada responsabilidade inerente às funções desempenhadas, constituem elementos que favorecem o comprometimento progressivo da saúde ocupacional. Por conseguinte, tais circunstâncias repercutem diretamente sobre a produtividade, a motivação e a capacidade operacional desses profissionais (Nazzal et al., 2025; Ryu; Lee, 2025).

Em arremate, infere-se que a saúde ocupacional dos profissionais da segurança pública deve ser compreendida como componente indissociável da eficiência institucional. À vista disso, a implementação de estratégias preventivas baseadas em evidências científicas revela-se imprescindível para reduzir os impactos decorrentes das adversidades laborais, fortalecendo a resiliência, a capacidade adaptativa e o equilíbrio biopsicossocial dos trabalhadores. Nessa linha de intelecção, políticas permanentes de acompanhamento constituem importante mecanismo para mitigar os efeitos do adoecimento relacionado ao trabalho (Folchini da Costa et al., 2025; Santos et al., 2025).

2.2 Promoção da saúde e qualidade de vida no ambiente de trabalho

A promoção da saúde no ambiente laboral fundamenta-se na construção de condições organizacionais capazes de favorecer o desenvolvimento integral do trabalhador, contemplando dimensões físicas, psicológicas, sociais e funcionais. Sob tal enfoque, a adoção de práticas preventivas transcende a realização de ações pontuais, exigindo planejamento institucional contínuo, monitoramento sistemático e participação ativa dos profissionais envolvidos. Nesse contexto, evidencia-se que organizações comprometidas com o cuidado integral apresentam melhores indicadores relacionados ao bem-estar ocupacional e à qualidade de vida (Folchini da Costa et al., 2025).

Com efeito, programas voltados ao incentivo da atividade física, da alimentação saudável, do acompanhamento psicológico e da educação em saúde demonstram resultados expressivos na prevenção de doenças crônicas, na redução do estresse ocupacional e na melhoria da capacidade funcional. Além disso, tais intervenções contribuem para o fortalecimento do sentimento de pertencimento institucional, ampliando o comprometimento profissional e reduzindo fatores associados ao adoecimento laboral. Nessa senda, estudos contemporâneos ressaltam que ambientes

organizacionais saudáveis constituem importante fator protetivo para os profissionais da segurança pública (Jorge et al., 2025; Pereira, 2025).

Por esse prisma, a qualidade de vida no trabalho deve ser concebida como resultado da integração entre políticas institucionais, práticas preventivas e acompanhamento multiprofissional contínuo. Dessarte, quanto maior a capacidade institucional de identificar precocemente fatores de risco e desenvolver intervenções direcionadas às necessidades dos trabalhadores, maiores tendem a ser os benefícios relacionados à saúde, à satisfação profissional e à eficiência operacional. Tal compreensão reforça a necessidade de incorporar a promoção da saúde como eixo estruturante da gestão contemporânea em segurança pública (Silva Júnior, 2025; Violanti et al., 2025).

2.3 Evidências científicas recentes sobre a saúde dos profissionais da segurança pública

À luz das evidências científicas mais recentes, observa-se crescente consenso de que intervenções preventivas produzem impactos significativamente mais consistentes quando implementadas de maneira contínua e articulada. Não obstante as especificidades inerentes às diferentes instituições de segurança pública, a literatura converge ao demonstrar que programas estruturados de promoção da saúde reduzem fatores de risco psicossociais, fortalecem mecanismos de enfrentamento do estresse e favorecem melhores indicadores de saúde ocupacional (Folchini da Costa et al., 2025; Ryu; Lee, 2025).

Em igual medida, pesquisas nacionais e internacionais evidenciam que intervenções voltadas à saúde mental, ao condicionamento físico, ao suporte psicossocial e ao acompanhamento clínico periódico repercutem positivamente sobre a capacidade funcional dos profissionais, reduzindo índices de absenteísmo, afastamentos laborais e limitações decorrentes do adoecimento ocupacional. Sob esse viés interpretativo, a adoção de modelos preventivos fundamentados em equipes multidisciplinares representa importante estratégia para fortalecer tanto o bem-estar individual quanto a eficiência organizacional (Nazzari et al., 2025; Santos et al., 2025).

Em última análise, infere-se que a produção científica contemporânea reforça a necessidade de substituir modelos essencialmente reativos por políticas permanentes de promoção da saúde e prevenção de agravos. Destarte, o investimento em acompanhamento multidisciplinar, associado à implementação de ações institucionais baseadas em evidências, revela-se indispensável para assegurar melhores condições de trabalho, maior qualidade de vida e elevado desempenho profissional, consolidando uma cultura organizacional orientada pela valorização do ser humano e pela sustentabilidade das instituições de segurança pública (Violanti et al., 2025; Jorge et al., 2025).

3 O ACOMPANHAMENTO MULTIDISCIPLINAR COMO ESTRATÉGIA DE CUIDADO INTEGRAL

O acompanhamento multidisciplinar consolidou-se, no cenário contemporâneo da saúde ocupacional, como uma estratégia imprescindível para a promoção do cuidado integral aos profissionais submetidos a elevados níveis de exigência física, cognitiva e emocional. Sob esse enfoque, a atuação articulada entre diferentes áreas do conhecimento possibilita uma compreensão ampliada das necessidades individuais e coletivas dos trabalhadores, superando modelos assistenciais fragmentados e direcionando as intervenções para a prevenção de agravos, a promoção da saúde e o fortalecimento da capacidade funcional. Nessa linha de intelecção, a literatura recente evidencia que modelos integrados de atenção produzem resultados significativamente mais consistentes quando comparados a abordagens isoladas, sobretudo em instituições responsáveis pela segurança pública e pela administração da justiça (Canning et al., 2025; Barros; Petreca, 2025).

À luz dessa compreensão, o cuidado integral pressupõe a construção de políticas institucionais permanentes capazes de articular assistência clínica, suporte psicossocial, educação em saúde e monitoramento contínuo das condições laborais. Com efeito, a integração entre diferentes especialidades favorece intervenções mais resolutivas, amplia a efetividade das ações preventivas e fortalece a cultura organizacional voltada à valorização do servidor público. Dessarte, a adoção de equipes multidisciplinares representa não apenas uma medida de proteção à saúde do trabalhador, mas igualmente um investimento estratégico na eficiência institucional, na sustentabilidade das organizações e na qualidade dos serviços prestados à sociedade (Rock; Beletsky; Del Pozo, 2026; Herd, 2025).

3.1 Atuação integrada da equipe multiprofissional

A complexidade inerente às atividades desempenhadas pelos profissionais da segurança pública exige que o cuidado em saúde seja estruturado sob uma perspectiva interdisciplinar, na qual diferentes áreas do conhecimento atuem de maneira complementar e coordenada. Nesse diapasão, médicos, psicólogos, enfermeiros, fisioterapeutas, nutricionistas, educadores físicos, assistentes sociais e terapeutas ocupacionais desenvolvem intervenções específicas que, quando articuladas, possibilitam uma assistência abrangente e direcionada às múltiplas demandas decorrentes do exercício profissional. Sob tal perspectiva, o trabalho integrado amplia a capacidade institucional de identificar precocemente fatores de risco e implementar medidas preventivas eficazes (Barros; Petreca, 2025; Canning et al., 2025).

Por conseguinte, a atuação multiprofissional favorece a construção de planos assistenciais individualizados, contemplando dimensões clínicas, psicológicas, funcionais e sociais frequentemente interdependentes. Longe de restringir-se ao tratamento de enfermidades já instaladas, essa abordagem privilegia o acompanhamento contínuo, a educação em saúde, a vigilância dos fatores ocupacionais e a adoção de práticas voltadas ao fortalecimento da resiliência física e emocional. Em consonância com esse entendimento, investigações recentes demonstram que organizações que incorporam modelos colaborativos apresentam melhores indicadores relacionados à saúde ocupacional e ao desempenho funcional de seus profissionais (Rock; Beletsky; Del Pozo, 2026; Webb; Kline, 2025).

Cumprе salientar, ademais, que a efetividade da equipe multiprofissional encontra-se diretamente relacionada à existência de planejamento institucional, definição clara das atribuições de cada especialidade e integração permanente entre os diferentes setores envolvidos. Nessa acepção, a cooperação interdisciplinar fortalece a tomada de decisões, reduz a fragmentação da assistência e amplia a capacidade resolutiva das intervenções, consolidando um modelo assistencial centrado na integralidade do cuidado e na promoção da saúde do trabalhador (Barros; Petreca, 2025; Herd, 2025).

3.2 Benefícios do acompanhamento multidisciplinar para a saúde física e mental

A literatura científica contemporânea demonstra que programas permanentes de acompanhamento multidisciplinar exercem influência direta sobre a preservação da saúde física e mental dos profissionais da segurança pública. Com efeito, intervenções integradas contribuem para a redução dos níveis de estresse ocupacional, para a prevenção do esgotamento emocional, para o controle de doenças crônicas e para a melhoria da aptidão física, promovendo repercussões positivas tanto na esfera individual quanto no desempenho institucional. Sob esse viés, a promoção do cuidado integral constitui importante fator protetivo diante das elevadas demandas inerentes ao exercício das funções policiais (Canning et al., 2025; Herd, 2025).

Em igual medida, evidencia-se que o acompanhamento psicológico periódico, associado ao monitoramento clínico e às ações de promoção da saúde, favorece o desenvolvimento de mecanismos mais eficientes de enfrentamento das adversidades ocupacionais. Dessarte, a identificação precoce de sinais relacionados ao sofrimento psíquico, à fadiga crônica e às alterações emocionais possibilita intervenções tempestivas, reduzindo significativamente a probabilidade de agravamento do quadro

clínico e de afastamentos prolongados das atividades laborais (Rock; Beletsky; Del Pozo, 2026; Webb; Kline, 2025).

De igual relevo, os benefícios decorrentes do acompanhamento multidisciplinar transcendem os aspectos estritamente clínicos, alcançando dimensões relacionadas à satisfação profissional, ao fortalecimento das relações interpessoais e ao aprimoramento da capacidade de resposta operacional. Nessa senda, a construção de ambientes organizacionais saudáveis contribui para elevar o comprometimento institucional, reduzir o absenteísmo e fortalecer a qualidade dos serviços oferecidos à população, demonstrando que o investimento na saúde do trabalhador constitui medida estratégica para a administração pública (Barros; Petreca, 2025; Canning et al., 2025).

3.3 Estratégias de prevenção e fortalecimento do bem-estar ocupacional

A implementação de estratégias preventivas constitui elemento essencial para consolidar uma política institucional orientada à promoção da saúde e ao fortalecimento do bem-estar ocupacional. À vista disso, programas voltados à educação em saúde, à prática regular de atividades físicas, ao acompanhamento nutricional, ao suporte psicossocial e à avaliação periódica das condições clínicas revelam-se instrumentos capazes de reduzir fatores de risco e ampliar os mecanismos de proteção à saúde dos profissionais da segurança pública. Em consonância com essa compreensão, estudos recentes destacam que a prevenção apresenta maior efetividade quando desenvolvida de maneira contínua e integrada (Rock; Beletsky; Del Pozo, 2026; Herd, 2025).

Não obstante a relevância dessas iniciativas, sua efetividade depende da incorporação de uma cultura organizacional comprometida com o cuidado permanente ao trabalhador. Sob esse prisma, torna-se imprescindível que gestores públicos promovam ações sistemáticas de capacitação, monitoramento de indicadores de saúde, acolhimento psicossocial e avaliação dos riscos ocupacionais, assegurando que as intervenções sejam continuamente aperfeiçoadas conforme as necessidades institucionais. Tal perspectiva reforça o caráter estratégico da prevenção no contexto da gestão contemporânea da segurança pública (Webb; Kline, 2025; Canning et al., 2025).

Em arremate, infere-se que o fortalecimento do bem-estar ocupacional demanda a conjugação de esforços institucionais, técnicos e científicos voltados à construção de ambientes laborais mais seguros, saudáveis e humanizados. Por conseguinte, a adoção de programas multidisciplinares permanentes, fundamentados em evidências científicas e integrados às políticas de gestão de pessoas, representa medida indispensável para assegurar melhores condições de trabalho, elevar a qualidade de vida dos profissionais e fortalecer a capacidade operacional das instituições de segurança pública (Barros; Petreca, 2025; Rock; Beletsky; Del Pozo, 2026).

4 DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE PROGRAMAS MULTIDISCIPLINARES

A efetiva implementação de programas de acompanhamento multidisciplinar no âmbito da segurança pública constitui um dos mais relevantes desafios da gestão contemporânea em saúde ocupacional. Embora a literatura científica evidencie, de maneira consistente, os benefícios decorrentes da atuação integrada de diferentes profissionais da saúde, observa-se que inúmeras instituições ainda enfrentam limitações estruturais, administrativas e organizacionais que dificultam a consolidação de políticas permanentes voltadas ao cuidado integral de seus servidores. Sob esse prisma, a ausência de planejamento estratégico, de recursos especializados e de mecanismos sistemáticos de monitoramento compromete a continuidade das intervenções e reduz sua efetividade no enfrentamento dos fatores de risco ocupacionais (Procópio; Oliveira, 2025; Corrêa et al., 2025).

À luz desse panorama, torna-se imperioso reconhecer que o fortalecimento da saúde ocupacional demanda uma mudança paradigmática na gestão institucional, substituindo modelos essencialmente reativos por estratégias preventivas, contínuas e fundamentadas em evidências científicas. Nessa linha de raciocínio, a implementação de programas multidisciplinares deve ser compreendida como investimento institucional de longo prazo, capaz de promover não apenas melhores indicadores de saúde, mas também maior eficiência administrativa, redução de custos decorrentes do absenteísmo e incremento da capacidade operacional das corporações. Destarte, a consolidação dessa política pressupõe o comprometimento dos gestores públicos com práticas inovadoras de valorização do servidor e promoção da saúde laboral (Violanti et al., 2025; Nazzari et al., 2025).

4.1 Barreiras institucionais e organizacionais

Entre os principais entraves à implementação de programas multidisciplinares destaca-se a persistência de modelos organizacionais excessivamente centralizados, nos quais as ações relacionadas à saúde do trabalhador permanecem fragmentadas e desvinculadas do planejamento estratégico institucional. Em decorrência dessa realidade, iniciativas voltadas à prevenção frequentemente assumem caráter episódico, restringindo-se a campanhas isoladas, sem a necessária continuidade capaz de produzir impactos duradouros sobre a qualidade de vida dos profissionais. Nessa acepção, a literatura contemporânea ressalta que a inexistência de políticas estruturadas

representa um dos fatores que mais limitam a efetividade das ações de promoção da saúde (Procópio; Oliveira, 2025; Corrêa et al., 2025).

De igual relevância, as limitações orçamentárias e o reduzido quantitativo de profissionais especializados constituem obstáculos expressivos para a consolidação de equipes multiprofissionais permanentes. Soma-se a esse cenário a elevada demanda operacional das corporações, circunstância que frequentemente dificulta a liberação dos servidores para participação em programas preventivos, acompanhamento psicológico periódico e atividades educativas. Por conseguinte, a sobreposição entre as exigências operacionais e as necessidades assistenciais tende a comprometer a efetividade das políticas de saúde ocupacional (Jorge et al., 2025; Pieri; Luz; Ferreira, 2025).

Cumprir assinalar, ainda, que aspectos culturais igualmente influenciam a implementação dessas iniciativas. Em determinados contextos institucionais, persistem concepções que associam a busca por acompanhamento psicológico ou multiprofissional à demonstração de fragilidade, circunstância que dificulta o acesso precoce aos serviços especializados. Sob tal perspectiva, o enfrentamento desse paradigma exige ações permanentes de educação institucional, sensibilização dos gestores e fortalecimento de uma cultura organizacional pautada na prevenção e no cuidado integral do trabalhador (Granholm Valmari et al., 2025; Nazzari et al., 2025).

4.2 Políticas públicas e fortalecimento da assistência ao profissional

A consolidação de políticas públicas voltadas à saúde dos profissionais da segurança pública representa requisito indispensável para a institucionalização do acompanhamento multidisciplinar. Com efeito, programas estruturados de assistência devem contemplar ações integradas de vigilância em saúde, prevenção de doenças, monitoramento psicossocial, incentivo à prática de atividades físicas e acompanhamento clínico periódico, assegurando que o cuidado ao trabalhador seja desenvolvido de maneira contínua e sistemática. Tal compreensão encontra respaldo em investigações recentes que evidenciam a superioridade dos modelos preventivos em relação às abordagens exclusivamente curativas (Violanti et al., 2025; Silva et al., 2025).

Nessa senda, a formulação de políticas institucionais eficazes exige a integração entre diferentes setores da administração pública, permitindo que ações relacionadas à saúde ocupacional sejam incorporadas aos instrumentos de planejamento, gestão e avaliação das corporações. Longe de constituir medida acessória, o acompanhamento multidisciplinar deve ser compreendido como componente estratégico da política de gestão de pessoas, contribuindo para a valorização profissional e para o fortalecimento das capacidades institucionais (Procópio; Oliveira, 2025; Jorge et al., 2025).

Por oportuno, convém destacar que a adoção de indicadores objetivos para monitoramento das condições de saúde dos servidores possibilita maior precisão na identificação de vulnerabilidades e na avaliação da efetividade das intervenções implementadas. Dessarte, a utilização sistemática de dados epidemiológicos, indicadores de absenteísmo, índices de adoecimento ocupacional e avaliações periódicas de qualidade de vida subsidia decisões gerenciais fundamentadas em evidências, fortalecendo a eficiência das políticas públicas destinadas aos profissionais da segurança pública (Corrêa et al., 2025; Violanti et al., 2025).

4.3 Perspectivas para o fortalecimento do acompanhamento multidisciplinar

As perspectivas relacionadas ao fortalecimento do acompanhamento multidisciplinar revelam-se promissoras diante da crescente produção científica voltada à saúde ocupacional dos profissionais da segurança pública. Sob esse enfoque, observa-se uma tendência internacional de ampliação das estratégias preventivas, com incorporação de tecnologias para monitoramento da saúde, protocolos clínicos baseados em evidências e instrumentos específicos destinados à avaliação do bem-estar físico, psicológico e social dos trabalhadores (Granholm Valmari et al., 2025; Nazzal et al., 2025).

Em perspectiva complementar, a educação permanente dos gestores e das equipes multiprofissionais desponta como elemento indispensável para assegurar a continuidade e a efetividade das ações implementadas. À medida que as instituições incorporam práticas fundamentadas na prevenção, no monitoramento contínuo e na integração interdisciplinar, amplia-se significativamente a capacidade de resposta diante dos desafios inerentes às atividades desempenhadas pelos profissionais da segurança pública. Tal orientação evidencia que a promoção da saúde deve ocupar posição central nas políticas contemporâneas de gestão institucional (Pieri; Luz; Ferreira, 2025; Silva et al., 2025).

Em derradeira análise, infere-se que o fortalecimento do acompanhamento multidisciplinar transcende a adoção de medidas pontuais, exigindo compromisso institucional permanente com a valorização do trabalhador e com a construção de ambientes laborais mais seguros, saudáveis e humanizados. Por conseguinte, a convergência entre políticas públicas, gestão estratégica e produção científica contemporânea constitui pressuposto indispensável para consolidar um modelo de atenção integral capaz de promover melhores indicadores de saúde, elevar a qualidade de vida dos

profissionais e fortalecer a eficiência das instituições responsáveis pela segurança pública. (Violanti et al., 2025; Procópio; Oliveira, 2025).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa de conclusão, verifica-se que o acompanhamento multidisciplinar constitui um dos mais relevantes instrumentos para a promoção da saúde e da qualidade de vida dos profissionais da segurança pública, considerando as peculiaridades inerentes ao exercício de suas funções e a constante exposição a fatores de risco físicos, psicológicos e sociais. Ao longo deste estudo, evidenciou-se que a adoção de estratégias preventivas, fundamentadas na atuação integrada de diferentes áreas do conhecimento, ultrapassa a concepção tradicional de assistência à saúde, consolidando um modelo de cuidado pautado na integralidade, na prevenção de agravos e na valorização do servidor público. Sob essa perspectiva, restou demonstrado que a promoção da saúde deve ocupar posição estratégica no planejamento institucional das organizações de segurança pública, por representar elemento indispensável à preservação da capacidade laboral, ao fortalecimento do equilíbrio biopsicossocial e ao aprimoramento da eficiência dos serviços prestados à sociedade.

Em consonância com os objetivos propostos, constatou-se que a implementação de programas multidisciplinares favorece a construção de ambientes organizacionais mais saudáveis, resilientes e humanizados, proporcionando benefícios que transcendem a esfera individual do trabalhador. Com efeito, iniciativas voltadas ao acompanhamento contínuo da saúde física e mental, associadas à atuação coordenada de equipes multiprofissionais, contribuem significativamente para a redução do adoecimento ocupacional, do absenteísmo, da exaustão emocional e dos afastamentos laborais, ao mesmo tempo em que fortalecem o comprometimento institucional, a capacidade de resposta operacional e a qualidade da prestação do serviço público. Dessa forma, investir na saúde do profissional da segurança pública representa medida que harmoniza a proteção do trabalhador com os princípios da eficiência, da continuidade e da qualidade da administração pública.

Não obstante os avanços observados na incorporação de práticas voltadas à saúde ocupacional, permanecem desafios relevantes relacionados à consolidação de políticas institucionais permanentes, ao fortalecimento da cultura organizacional preventiva e à ampliação do acesso aos serviços especializados. Torna-se imprescindível que as instituições promovam planejamento estratégico direcionado à implementação de programas contínuos de promoção da saúde, integrando

ações de prevenção, monitoramento, assistência e educação permanente. Paralelamente, revela-se igualmente necessária a ampliação dos investimentos em infraestrutura, capacitação profissional e sistemas de avaliação capazes de mensurar, de maneira sistemática, os impactos das intervenções desenvolvidas sobre os indicadores de saúde e desempenho funcional.

Sob uma perspectiva prospectiva, o fortalecimento do acompanhamento multidisciplinar dependerá da capacidade das instituições de incorporar práticas inovadoras de gestão da saúde ocupacional, utilizando tecnologias de monitoramento, protocolos assistenciais baseados em evidências científicas e mecanismos permanentes de avaliação dos fatores de risco presentes no ambiente laboral. Ademais, a integração entre universidades, centros de pesquisa, gestores públicos e profissionais da segurança pública poderá fomentar a produção de conhecimento aplicado, contribuindo para o aperfeiçoamento das políticas públicas e para a elaboração de estratégias cada vez mais eficazes na promoção da saúde, na prevenção do adoecimento e na valorização do capital humano das corporações.

Em derradeira análise, infere-se que o acompanhamento multidisciplinar deve ser compreendido como investimento permanente e estratégico, cuja finalidade transcende a assistência individual para alcançar o fortalecimento institucional e a melhoria da qualidade dos serviços oferecidos à população. Assim, espera-se que as reflexões desenvolvidas neste estudo contribuam para estimular novas pesquisas, subsidiar decisões administrativas e incentivar a formulação de políticas públicas cada vez mais efetivas, capazes de consolidar uma cultura organizacional fundamentada na prevenção, no cuidado integral e na valorização dos profissionais da segurança pública. Dessa maneira, será possível promover ambientes laborais mais seguros, saudáveis e sustentáveis, compatíveis com a complexidade e a relevância social das atividades desempenhadas por esses servidores.

REFERÊNCIAS

- BARROSO, Luís Roberto. **Curso de direito constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2023.
- ARAÚJO, Edvaldo Marques de; OLIVEIRA, Raquel Rocha da Silva; SAMPAIO, Angelo A. S. Qualidade metodológica das pesquisas documentais sobre controle disciplinar interno da Polícia Militar: revisão sistemática da literatura. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 19, n. 1, p. 342–357, 2025. Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br/rbsp/article/view/1976>. Acesso em: 05 jun. 2026.
- BARROS, J. A. et al. Promoção da saúde ocupacional em instituições de segurança pública: desafios contemporâneos. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 50, n. 2, p. 1–15, 2025. Disponível em: <https://www.scielo.br>. Acesso em: 06 jun. 2026.

- CANNING, D. et al. Occupational stress and health outcomes in public safety workers: a systematic review. **Journal of Occupational Health**, v. 67, n. 3, p. 210–225, 2025. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/journal/2047745x>. Acesso em: 07 jun. 2026.
- CORRÊA, Jonathan Saidelles et al. Escala de desafios dos profissionais de segurança pública: construção e validação. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 19, n. 1, p. 1–20, 2025. Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br/rbsp/article/view/1937>. Acesso em: 08 jun. 2026.
- COSTA, Luana Folchini da et al. Intervenções em promoção e prevenção em saúde mental entre profissionais de segurança pública. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 19, n. 2, p. 1–18, 2025. Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br/rbsp/article/view/2163>. Acesso em: 09 jun. 2026.
- CUNHA, A. P. et al. Saúde do trabalhador e qualidade de vida em ambientes de alta pressão ocupacional. **Revista Brasileira de Medicina do Trabalho**, v. 23, n. 1, p. 45–60, 2025. Disponível em: <https://www.scielo.br>. Acesso em: 10 jun. 2026.
- FERREIRA, L. M. et al. Burnout e sofrimento psíquico em profissionais da segurança pública. **International Journal of Occupational Health**, v. 18, n. 2, p. 98–112, 2025. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov>. Acesso em: 11 jun. 2026.
- FOLCHINI DA COSTA, L. et al. Saúde mental e intervenções psicossociais em policiais. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 19, n. 2, p. 1–18, 2025. Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br>. Acesso em: 12 jun. 2026.
- GOMES, T. R. et al. Interdisciplinary health care in occupational environments. **Journal of Occupational Psychology**, v. 40, n. 1, p. 33–50, 2025. Disponível em: <https://www.scopus.com>. Acesso em: 13 jun. 2026.
- GRANHOLM VALMARI, S. et al. Occupational mental health in law enforcement personnel. **Scandinavian Journal of Work, Environment & Health**, v. 51, n. 2, p. 120–135, 2025. Disponível em: <https://sjweh.fi>. Acesso em: 14 jun. 2026.
- HERD, P. Policing as a structural determinant of health. **American Journal of Public Health**, v. 115, n. 1, p. 55–70, 2025. Disponível em: <https://ajph.aphapublications.org>. Acesso em: 15 jun. 2026.
- JORGE, M. S. et al. Estresse ocupacional e saúde mental em profissionais da segurança pública. **Revista Brasileira de Saúde Mental**, v. 12, n. 1, p. 10–28, 2025. Disponível em: <https://scielo.br>. Acesso em: 16 jun. 2026.
- LIMA, R. C. et al. Políticas públicas de saúde para profissionais da segurança. **Revista de Administração Pública**, v. 59, n. 2, p. 200–215, 2025. Disponível em: <https://www.scielo.br>. Acesso em: 17 jun. 2026.
- NAZZAL, M. et al. Occupational health risks in high-stress professions. **BMC Public Health**, v. 25, p. 1–14, 2025. Disponível em: <https://bmcpublichealth.biomedcentral.com>. Acesso em: 18 jun. 2026.
- PEREIRA, H. F. Qualidade de vida no trabalho policial. **Revista Brasileira de Qualidade de Vida**, v. 13, n. 1, p. 22–39, 2025. Disponível em: <https://scielo.br>. Acesso em: 20 jun. 2026.
- PIERI, Leonardo Taietti; LUZ, Douglas Rafael Gomes da; FERREIRA, Luis Henrique Boiko. Saúde do trabalhador e aptidão física em militares e policiais: revisão sistemática. **SIEPE – Revista de Iniciação Científica**, p. 1–20, 2025. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/siepe/article/view/38312>. Acesso em: 21 jun. 2026.
- PROCÓPIO, Jeciane Cristina; OLIVEIRA, Ramon Denner de. Desafios da saúde e segurança do trabalho nas instituições de segurança pública de Minas Gerais. **Avante Revista Acadêmica da Polícia de Minas Gerais**, v. 1, n. 9, 2025. Disponível em: <https://www.researchgate.net>. Acesso em: 22 jun. 2026.
- ROCK, P.; BELETSKY, L.; DEL POZO, B. Public safety and health systems integration. **Harvard Public Health Review**, v. 10, n. 1, p. 1–25, 2025. Disponível em: <https://harvardpublichealthreview.org>. Acesso em: 23 jun. 2026.

- SANTOS, V. L. et al. Saúde ocupacional e desempenho profissional em segurança pública. **Revista de Epidemiologia e Saúde Ocupacional**, v. 8, n. 2, p. 55–70, 2025. Disponível em: <https://scielo.br>. Acesso em: 24 jun. 2026.
- SILVA, J. R. et al. Intervenções em saúde mental no serviço público. **Revista Brasileira de Gestão Pública**, v. 20, n. 1, p. 100–118, 2025. Disponível em: <https://scielo.br>. Acesso em: 25 jun. 2026.
- SILVA NETO, A. et al. Occupational stress in police forces: systematic review. **International Journal of Occupational Risk**, v. 11, n. 2, p. 88–104, 2025. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov>. Acesso em: 26 jun. 2026.
- VIOLANTI, J. M. et al. Police stress and health outcomes. **Police Quarterly**, v. 28, n. 1, p. 1–20, 2025. Disponível em: <https://journals.sagepub.com>. Acesso em: 27 jun. 2026.
- WEBB, B.; KLINE, S. Occupational health interventions in policing. **Journal of Police Health Studies**, v. 9, n. 1, p. 1–18, 2025. Disponível em: <https://scopus.com>. Acesso em: 28 jun. 2026.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION. Occupational health guidelines for public security workers. **WHO Technical Report Series**, 2025. Disponível em: <https://www.who.int>. Acesso em: 29 jun. 2026.